



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
DIRETÓRIO ESTADUAL DA BAHIA

PROGRAMA DE GOVERNO - ELEIÇÕES 2018
“BAHIA DE TODOS OS POVOS”

Salvador - Bahia - Agosto de 2018

“Não aceites o habitual como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”

(Bertolt Brecht)



PROGRAMA DE GOVERNO - ELEIÇÕES 2018
“BAHIA DE TODOS OS POVOS”

Proposta de programa de governo para o Estado da Bahia, elaborado pelo Partido Socialismo, em conjunto com os “setoriais”, militantes, colaboradoras(es), dirigentes estadual e municipais, e submetido a contribuições em oito pré-conferências Regionais.

Salvador - Bahia - Agosto de 2018



Presidente	Fábio Nogueira
Secretaria Geral	Marcos Mendes
Secretaria de Organização	Danilo Moura e Hamilton Assis
Secretaria de Finanças	Elzelaine Facchinetti e Ronaldo Santos
Secretaria de Movimentos Sociais	Maria Cristina Barros
Secretaria de Formação Política	Rafael Santos
Secretaria de Comunicação	Rosana de Almeida Santos
Secretaria de Relações Institucional	Cleide Coutinho
Secretaria de Direitos Humanos	Marcele do Valle
Membro Convidado	Jean Montezuma
Membros Titulares do Diretório	Alfredo Boa Sorte, Bernadete Ferreira, Dandara da Cruz, Edinea Matos, Elaine Souza, Franderrak Mascarenhas, José Ademaques dos Santos, Sérgio Lacerda, Laina Crisostomo, Mário Diniz, Meire Reis, Nadja Carvalho, Newton Junior, Rafaela Cardoso e Roberta da Hora
Membro Suplentes do Diretório	Ada Tigre, Antonio Raimundo Anunciação, Carlos Eduardo da Silva, Davi dos Santos, Davi Tourinho de Brito, Gilvã Reis, Idalia Cunha, Mozart Tanajura Jr, Josias Porto, Rubi dos Santos, Tarcito Vivas e Vera Lucia de Jesus



Candidato a Governador Marcos Mendes

Candidata à Co-Governadora (vice) Dona Mira

Candidato a Senador Fábio Nogueira

Candidata a Co-Senadora (1ª Suplente) Bernadete Ferreira

Candidato a 2º Suplente Kleber Rosa

Comissão de Programa Mário Diniz, Nadja Carvalho e Nelson Araújo

Comissão de Organização Danilo Moura, Nadja Carvalho, Ronaldo Santos

Colabores(as) Antônio de Pádua, Bruno Tito, César Vaz, Graça Druck, Luis Filgueiras e Marcele do Valle

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL - Diretório Estadual da Bahia
Rua Carlos Gomes, s/n - 2 andar - Dois de Julho - Salvador - Bahia - 40.060-330
www.psolba.org - psolba.org@gmail.com - 71 9 9287 4650

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	03
2	METODOLOGIA E CRITÉRIOS	03
3	EIXOS PROGRAMÁTICOS	04
3.1	PODER E POLÍTICA	04
3.2	RELAÇÃO COM O FUNCIONALISMO	05
3.3	ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO E A DIVISÃO DA RIQUEZA	05
3.3.1	RIO SÃO FRANCISCO E O SEMIÁRIDO BAIANO	06
3.3.2	GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ÁGUAS	07
3.3.3	SAÚDE E SANEAMENTO	11
3.4	DIREITO À CIDADE, MORADIA E MOBILIDADE	14
3.5	DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA HUMANA E PROTEÇÃO SOCIAL	15
3.6	ACESSO À JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	16
3.7	CULTURA, ARTE E COMUNICAÇÃO	19
3.8	DIREITO À COMUNICAÇÃO	19
3.9	LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, DIREITOS E DIVERSIDADE	20
3.9.1	NEGRITUDE	21
3.9.2	MULHERES E POLÍTICAS DE GÊNERO	26
3.9.3	JUVENTUDE	28
3.9.4	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	29
3.9.5	POLÍTICAS SOCIAIS, POPULAÇÕES VULNERÁVEIS, COMBATE A POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR	30
4	CONCLUSÃO	31

1 APRESENTAÇÃO

Nossos sonhos não cabem nas urnas e nossa luta não se esgota no processo eleitoral, mas sabemos, igualmente, que toda vitória contra os que nos exploram e os que nos reprimem é necessária e urgente. A indignação e a racionalidade dizem em unísono que estes são tempos de recusas e rebeldias em todas as suas cores, formas e ações. Estamos na luta, seja no campo, por terra e água, ou na cidade, por mobilidade, moradia e qualidade de vida.

Como forma de apresentar nossa leitura da realidade, nossos princípios e nossas propostas, e em cumprimento ao que determina o Art.11, IX, da Lei 9504 (Lei de Eleições), este programa, “**BAHIA DE TODOS OS POVOS**” traz a síntese dos debates foram realizados nos últimos meses em atividades com seus militantes e abertas à sociedade civil.

A construção programática aqui proposta se constitui em um processo de discussões e participação, dos debates resultantes de diversos encontros, além do acúmulo das lutas históricas e nos programas de governo anteriormente apresentados.

2 METODOLOGIA E CRITÉRIOS

No processo de sistematização deste, a Direção Partidária constituiu uma Comissão de Programa, que teve como tarefa central organizar o debate com a militância do partido, lideranças populares, movimentos sociais e a academia na construção de um programa. A militância e as direções organizaram debates temáticos e nos polos regionais, estimulando a absorção por parte das candidaturas deste programa permitindo firmeza e qualificação na defesa e estratégia das propostas do partido.

Este esforço não se limita a construção de um programa meramente reivindicatório, com um caráter imediatista, fragmentado em posições sem que estejam ligadas por um fio condutor que transforme as ações particulares ou específicas. O programa deve ser visto como um instrumento para os trabalhadores baianos compreenderem sua realidade e se mobilizarem, permanente, para modificar essa realidade em seu favor. Portanto, o programa não deva estar a serviço do partido e da sua militância, mas que seja uma oferta do partido aos baianos e baianas na construção de suas lutas.

Este programa é, ainda, um olhar sobre o funcionamento da economia na Bahia, a sua inserção e relação com a economia no Brasil, os processos de geração da

riqueza, a partição e apropriação da riqueza, numa busca por compreender a gestão do estado, o orçamento e sua dívida, entender a economia formal e informal da Bahia. Tendo como premissa a defesa intransigente da democracia e da participação popular no poder.

3 EIXOS PROGRAMÁTICOS

Como meio para compreensão deste programa, estabeleceu-se Eixos programáticos, que estruturam e se articulam, tendo como premissa, romper com o ciclo de concentração de riqueza e perpetuação da pobreza em nosso estado e indicar quais as formas e políticas o estado da Bahia pode construir para atingir estes objetivos, bem como assegurar a democracia participativa como determinante nos processos do Estado.

3.1 PODER E POLÍTICA

A democracia direta na gestão do estado, a participação popular e o controle social do orçamento e políticas públicas são mecanismos de diálogo, aberto e transparente, com a população e com os municípios, devendo ser o ponto de partida para o funcionamento da “máquina” pública, submetendo as decisões à apreciação popular.

Uma ínfima parcela da população tem acesso às informações orçamentárias, é necessário que a comunicação oficial permita a transparência das contas governamentais, se utilizando dos meios de comunicação de massa para convocar a população ao Orçamento e Planejamento Participativo e informar sobre a execução orçamentária, devendo ter compromisso com a publicação em formato popular e acessível ao grande público das contas públicas e das informações sobre os contratos governamentais e processos licitatórios.

O Plano Plurianual e o Orçamento Participativo precisam ter como protagonista a população, para o debate sobre as alternativas de desenvolvimento e dos investimentos públicos, utilizando metodologias que permitam a valorização das vozes da sociedade permitindo debates reais.

Os conselhos de políticas públicas são fundamentais como espaços de elaboração e acompanhamento das políticas públicas sob encargo do Governo estadual, devendo ser estimulado a participação livre e independente da população nestes espaços. Contudo são insuficientes à participação popular, sendo fulcral a regulamentação de mecanismos de plebiscito, consultas e referendos para efetiva manifestação, soberana, do povo.

3.2 RELAÇÃO COM O FUNCIONALISMO

Em 2015, uma reforma administrativa extinguiu órgãos importantes da gestão e implementou a retiradas conquistas dos servidores. Urge rever esta reforma e recolocando os direitos retirados, como parte de uma política de revisão as relações de trabalho, política salarial, política de gestão, terceirização no setor público, as formas de contratação de pessoal no Estado da Bahia, democracia e valorização dos servidores na gestão do estado. É fundamental reduzir os cargos ocupáveis pessoas externas às carreiras de estado, transformando-os em cargos de ocupação exclusiva por servidores públicos.

Da mesma forma, a contratação de empresas terceirizadas, prática comum no Brasil é utilizada para burlar a vedação constitucional de contratação sem a realização de concursos públicos. Nosso compromisso é com a redução da contratação de empresas terceirizadas, pois esta prática, além de mais onerosa ao estado e ao patrimônio público, tem abrigado condutas absolutamente clientelistas.

Para haver gestão pública voltada ao interesse público é fundamental valorizar o trabalhador/trabalhadora do serviço público. A LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido um dos argumentos mais comuns pelos governos atuais para impedir a progressão salarial e reposição de perdas do funcionalismo público, estando voltada para interesses do Capital Financeiro, mesmo trazendo mecanismos de transparência da gestão fiscal, pois especifica limites para as despesas de pessoal, no entanto, permite que as despesas financeiras (leia-se pagamento da dívida pública) sejam realizadas indistintamente.

3.3 MODELO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

A Bahia reúne grande diversidade de ecossistemas, dos sete biomas nacionais, possui quatro em seu território: Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Marinho, e abriga a maior população rural do país, chegando a cerca de 4 milhões de pessoas, vivendo no campo. Aqui também está o maior número de propriedades agrícolas familiares, cerca de 700 mil que produz cerca de 70% dos alimentos consumidos no Estado. A cidade só come se a camponesa e o camponês produz. Entretanto, ações dos governos que se sucederam no poder na Bahia revelam ainda a subordinação da agricultura ao capital e principalmente o embate entre dois modelos agrícolas distintos, o

agronegócio e a agricultura familiar camponesa. A Bahia também é rica em expressões religiosas, diversidade cultural e povos indígenas e comunidades tradicionais e de matriz africana. A preservação da diversidade cultural tem forte relação com a manutenção da biodiversidade e se apresenta como uma das armas contra os assombros da globalização e da hegemonia capitalista. A Bahia possui cerca de 500 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, mas grande parte ainda não têm título de regularização fundiária. As 16 etnias Indígenas possuem, hoje, 33 territórios, entre regularizados e ainda em estudo, além de outras comunidades tradicionais, de diversas identidades, como pescadores artesanais, fundo de pasto etc., distribuídas pela Bahia, quase sempre em luta permanente pela garantia de seu território tradicional.

O modelo de desenvolvimento adotado tem tirado desses povos e comunidades direitos e garantido ao capital, inclusive o estrangeiro, terra pública e devoluta, patrimônio do povo baiano, perdendo-as para o avanço das monoculturas do eucalipto, soja, milho, algodão, para a indústria da mineração, para a construção de barragens e hidrelétricas, para a construção de ferrovias, para a construção de parques eólicos e de estaleiros navais, para implantação de indústria petroquímica, assim como as invasões para instalação de vilas militares. Essa política tem aumentado os conflitos e tirado desses povos e comunidades, no Estado da Bahia, o direito a se desenvolver na terra e no território.

Na Bahia cerca de 17 dos 417 municípios têm mais de cem mil habitantes, entre si a tônica são as dificuldades inerentes à habitação, obras de infraestrutura e saneamento que optam por um modelo obsoleto que promove cada vez mais o afastamento do ser humano da natureza. São obras que tamponam e canalizam rios, aprofundam o desmatamento, ignoram o resgate de animais silvestres e os condenam a uma morte cruel, desequilibram o meio e fazem surgir doenças ligadas a vetores como ratos e mosquitos, a doenças respiratórias, além do fator de doenças mentais e violência, prejudicam o micro clima e a absorção da poluição atmosférica.

3.3.1 RIO SÃO FRANCISCO E O SEMIÁRIDO BAIANO

O semiárido é uma das regiões potencialmente sob maior risco, face às mudanças do clima. Os cenários futuros de mudanças climáticas não deixam claro, pelo menos até o momento, se há uma tendência a um aumento ou diminuição da precipitação média sobre o Nordeste Brasileiro. No entanto, é bastante claro que há uma tendência

significativa de elevação da temperatura (especialmente nas porções mais internas do continente) e, portanto, da taxa de evaporação, especialmente em cenários de maiores emissões, ou seja, ainda que haja um aumento modesto no total de chuvas, é muito provável que a perda de umidade do solo e a redução do nível dos reservatórios seja um fator dominante no futuro, com impactos extremamente sérios sobre a agricultura e a segurança hídrica.

A proposta é trabalhar a bacia hidrográfica como uma unidade de planejamento e gestão, pois ela tem características essenciais que permitem uma integração multidisciplinar com inúmeras vantagens (tem fronteiras bem delimitadas, oferece oportunidade para o desenvolvimento de parcerias e resolução de conflitos, permite a participação da população local no processo de decisão, estimula a participação da população e a educação ambiental, etc.).

A Água potável (tendo como fontes cisternas de placa, adutoras e poços para a população rural; assim como barragens estratégicas); esgoto coletado e tratado; lixo coletado, tratado e corretamente disposto; águas pluviais devidamente drenadas. A rigor, de acordo com a Constituição Federal, o saneamento é uma atribuição municipal. No entanto, considerando-se a baixa capacidade financeira e técnica dos municípios, o governo estadual tem um papel fundamental como colaborador, aglutinador e estimulador na política de saneamento.

3.3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ÁGUAS

No campo da política pública de águas, a mais relevante iniciativa de controle social são os comitês de bacia. Água não deve ser tratada como mercadoria, mas um direito fundamental à vida, portanto o controle sobre a política de águas deve ser público, da sociedade e do Estado. Uma das tarefas centrais do nosso governo é, portanto, discutir a revisão da lei estadual das águas, uma vez que seu eixo político não atende às demandas da sociedade.

A EMBASA, Empresa Baiana de Água e Saneamento, responsável hoje pelo gerenciamento e disciplinamento de mais de 90% das águas acumuladas no Estado, de forma descentralizada, integrada e participativa. Estão sob a administração da Companhia, 144 dos mais importantes açudes públicos estaduais e federais, além de reservatórios, canais e adutoras da bacia metropolitana.

A política de águas deve estar intimamente conectada com a política ambiental, pois as intervenções em qualquer ponto da bacia hidrográfica podem afetar a qualidade e a quantidade da água armazenada nos reservatórios. É necessário ainda priorizar a implantação do instrumento de gestão (previsto na Lei Federal 9.433/1997) denominado enquadramento dos corpos d'água, que consiste em definir política e democraticamente os usos permitidos para cada corpo hídrico, de acordo com sua qualidade e quantidade.

A ação do Estado junto aos municípios justifica-se também pelo fato que os dejetos líquidos e sólidos (isto é, esgotos e lixo) são a maior fonte de poluição das águas e uma das maiores causas de doenças. Por isso, cabe a um governo popular articular os municípios e facilitar sua ação no sentido de garantir a universalização dos serviços de saneamento.

No que se refere a esgoto, dados do IBGE (2012) indicam que, apenas 55% da população urbana e 5% da rural são atendidos com sistema de esgotamento sanitário adequado (rede coletora e fossa séptica). Isto significa que destes 55% apenas uma parte de esgoto gerado é tratada, o que significa que grande parte do esgoto gerado, acaba sendo despejado —in natura, geralmente em corpos d'água. Como a maioria dos nossos rios é intermitente e a geração de esgoto é contínua, muitas vezes, o que corre no rio não é água e sim esgoto.

3.4 DIREITO DO CIDADÃO AO ESTADO

3.4.1 EDUCAÇÃO

A educação deve ser compreendida como um direito e não como mercadoria. Uma educação realmente pública, laica, gratuita, de qualidade e orientada a serviço da classe trabalhadora. Uma perspectiva educacional calcada no respeito à diversidade, ao direito à livre orientação sexual, no combate às relações desiguais de gênero e no combate a todas as formas de opressão. Assim, uma política de educação transformadora deve estar orientada nessa perspectiva, como exercício pleno da liberdade criativa e transformadora dos seres humanos e não como uma forma de adestramento e conformação ao sistema produtivo capitalista. A escola é um espaço para a construção, com dignidade humana, de diferentes identidades.

O direito à educação é parte dos direitos humanos, que são indivisíveis, inalienáveis, interdependentes e inadiáveis. O artigo 205 da Constituição Federal propugna a educação como um direito de todos e uma obrigação do Estado, secundado

pela família e pela sociedade, enquanto o artigo 208 institui a educação básica como obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, reafirmando-a como direito público subjetivo.

A gestão participativa é fundamental na construção de uma educação transformadora e de qualidade socialmente referendada. Pensar a escola pública de forma integral significa não apenas reconhecê-la como espaço de apropriação dos conhecimentos, mas como espaço de socialização, algo fundamental para mudança de hábitos, comportamentos, valores e visões de mundo. Nossa concepção de escola pública considera como princípio o exercício da democracia direta da comunidade por ela atendida, o que dá sentido a própria idéia de escola como a constituição de comunidades de aprendizagens para a emancipação humana.

Contemplar a democracia participativa na gestão escolar deve ser através da formação de **colegiados consultivos** para cada segmento da comunidade (professores, funcionários e pais e alunos), pois são eles os mais aptos para debater e encaminhar posições sobre os mais variados aspectos da vida educacional. Na constituição dos **Conselhos Escolares**, os representantes desses segmentos têm assento, onde devem encaminhar e defender aquelas posições discutidas e deliberadas pelo seu colegiado específico. Está no nosso horizonte a democratização da gestão escolar, através da participação efetiva da comunidade escolar.

No que se refere à eleição de diretores e diretoras, estes continuarão sendo escolhidos a partir de consultas às comunidades escolares, mas para garantir a dimensão educativa nesse processo, a escolha será precedida de momentos de reflexão sobre as práticas escolares, bem como sobre as condições materiais para tal. Nesse processo pais, estudantes, professores e demais funcionários constroem uma radiografia da escola, suas instalações e seus funcionamentos.

A Legislação brasileira prevê a vinculação de 25% dos impostos estaduais para a educação. Como primeiro passo no sentido de avançar no resgate da dívida educacional com a população, propõe-se a ampliação dessa vinculação para, no mínimo, 30% desses impostos. A aplicação desses recursos pressupõe uma atividade permanente de acompanhamento do orçamento estadual, necessitando transparência e publicização das contas públicas, compromisso que será assumido desde o início da nossa gestão.

É fundamental defender **a efetivação do direito à educação**, que, como direito, deve acolher a todos e todas; em função disso, terão atenção hierarquizada na

nossa gestão, as pessoas com deficiências, os povos quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, os povos do mar, os grupos LGBT e os idosos, dando ênfases a processos escolares diferenciados, por conta das matrizes identitárias em questão.

É importante ressaltar que não basta para valorizar o/a professor/a a aplicação da lei do piso, conforme ela está. O crescimento do valor do piso mesmo sendo maior que a inflação anual do país, ainda é pífio em relação ao que o professor/a merece. Por isso, outra reivindicação histórica da categoria é uma reformulação da carreira (tabela salarial). Diferente dos/as professores/as da prefeitura, os professores estaduais tem uma carreira comprimida, onde um professor/a evolue poucos anos (especialista – 4 níveis, mestre – 3 níveis e doutor – 2 níveis) e estagna, não progredindo mais na carreira. É necessária a valorização do professor, respeitando assim sua ascensão na carreira, investindo na sua formação e dando condições básicas de educar os/as filhos/as dos trabalhadores/as.

É urgente à realização de concurso que preencha o número real de vagas nas escolas e mais professores possam conquistar sua estabilidade profissional. A terceirização, portanto, contribui para o processo de privatização e, diferentemente do que muitos afirmam, este processo é mais oneroso para o Estado, além de possuir uma essência antidemocrática. Compreendemos como fundamental a utilização de recursos estatais para a gestão dos equipamentos públicos, vinculados às esferas de controle social e a importância da realização de concursos públicos.

A concepção de educação integral que este programa defende incorpora, necessariamente, as amplas possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos que vão para além de abordagens científico-conteudistas que prevalecem atualmente nas escolas; trata-se de uma escola que incorpore elementos da cultura geral, da cultura humanística e da cultura formativa de modo a equilibrar, em função dos anseios, necessidades e possibilidades de cada estudante, o desenvolvimento das capacidades de trabalhar manualmente e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das capacidades de operar intelectualmente.

Não nos referimos à concepção limitada da ideia de ocupar integralmente o tempo dessa juventude mantendo-a nas escolas preocupadas unicamente com a garantia de um trabalho manual alienante. Todas as ações da nova escola devem fazer parte de um projeto de formação humana que através das ciências, das artes, dos esportes, que contribua para o desenvolvimento pleno das pessoas de qualquer idade; não queremos uma educação utilitária que apenas oriente os estudantes para a disputa predatória de

uma possível vaga no mercado de trabalho; para nós, a continuidade dos estudos em nível superior também faz parte do direito à educação, portanto deve estar presente nos horizontes de todos os alunos da rede pública estadual.

Uma nova compreensão do processo pedagógico e, dentro deste, novas compreensões dos novos papéis de professores, coordenadores e alunos implicará, necessariamente, na implantação de uma nova concepção de formação de continuada de professores. Esse novo programa de formação em serviço deverá estar, assentado em grupos de trabalho que atuem na e a partir das próprias escolas, alimentados por coordenadores, que discutindo problemas específicos do dia-a-dia, possam evoluir, a partir de processos coletivos de elaborações pessoais. Da mesma forma que é um desejo uma formação crítica dos alunos/as, é uma necessidade a formação crítica dos professores/as para que possam, na comunidade escolar, experienciar o amadurecimento de debates que estão postos na sociedade e que a escola ou se priva ou apresenta de forma alienante.

3.3.3 SAÚDE E SANEAMENTO

O Programa de Governo para a área da saúde estará referenciado no cuidado com a saúde numa perspectiva socioambiental e ecossocialista.

Reconhecimento e valorização de todas as formas de vida na natureza e de sua inter-relação com a vida humana; ênfase no respeito à dignidade humana, sem discriminação e preconceito, considerando as diferenças e as diversidades sexuais e raciais, desenvolvendo processos focados na (re)constituição de identidades culturais tradicionais e autocuidado individuais e coletivos.

Desenvolvimento de ações de governo transversais e intersetoriais, dialogando com os saberes e lutas populares matriciados pelas diversas secretarias, intervindo nos fatores determinantes e condicionantes do processo saúde-doença para propiciar a inclusão social, a sustentabilidade e a promoção da saúde da população baiana.

Constituição de redes de apoio social para ações integradas com organizações não governamentais, movimentos sociais e universidades.

Estimular políticas de saúde estratégicas que contribuam para superar as desigualdades regionais e intra-regionais, na perspectiva de um desenvolvimento social comunitário integrado e incluyente, articulando a rede pública de saúde nos processos de desenvolvimento local, estimulando sua integração à vocação histórica, cultural e

ambiental dos lugares, tendo como orientação a promoção de apoio logístico e técnico da Atenção Primária à Saúde e da Estratégia Saúde da Família que avance em uma perspectiva comunitária.

O conceito de atenção primária ambiental, através do uso dos princípios de atenção primária à saúde e do desenvolvimento sustentável, é uma ferramenta possível de co-construção de responsabilidades compartilhadas com a natureza e os moradores e moradoras da comunidade. Os principais objetivos da atenção primária ambiental consistem em desenvolver ações para melhorar a saúde da comunidade e do meio ambiente a partir da participação coletiva de todos os sujeitos envolvidos no processo, construindo um ambiente saudável em nível local.

O cenário de saúde do Estado é caótico, assim como muitos outros cenários, porque parte de um princípio imediatista, no qual os projetos visam unicamente dar visibilidade ao governo, ou seja, a grande maioria das ações dos governantes tem por objetivo enaltecer sua própria gestão. Notícias de inauguração de hospitais e ordens de serviços em obras nos fazem refletir e perceber que **todo tipo de obra do atual governo visa unicamente os fins de eleição**, haja vista que atualmente a maioria destas unidades passou a funcionar, obviamente devido ao período de eleição em outubro. Fica fácil entender então o conceito imediatista.

Então através desta breve visão de cenário, vemos que há muito que ser feito, mas em especial **é preciso mudar o foco**. Deixar de agir para fazer propaganda e passar a **planejar estratégias que de fato possam culminar na melhoria da saúde da população baiana**. Para isso o **governo deve assumir seu papel fundamental enquanto articulador das ações de saúde do Estado através das Comissões Intergestoras Bipartites**.

Estas comissões têm por objetivo articular as diversas gestões municipais a fim de distribuir e coordenar melhor as ações de saúde por todo o estado. Um bom exemplo disso são as ações em Saúde Mental através dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Como nem todo município é capaz de gerir uma unidade como esta, torna-se necessário que o ente estadual articule uma quantidade de municípios suficiente para agregar os pacientes que necessitem de um CAPS e instalá-lo no melhor lugar possível, garantindo que o conjunto daqueles municípios façam a gestão de cuidados de saúde para todos os pacientes. A mesma ideia é válida quando se fala nos diversos tipos de cuidados à saúde: Atenção à gestante; Rede de Urgências e Emergências; rede de

cuidados domiciliares e os diversos programas relacionados como Programas de Reabilitação Funcional e Motora.

Com isso tem-se o Estado como uma força motriz capaz de **fortalecer** aquilo que chama-se **Redes de Saúde**. Dessa forma teremos maior qualidade na prestação dos serviços de saúde, dando uma assistência melhor a quem mais precisa. Constituição de espaços, mecanismos e instrumentos de gestão colegiada e participativa, para as políticas públicas de saúde, fortalecendo a participação dos trabalhadores na gestão do SUS.

O Estado deve assumir seu papel enquanto gestor da saúde em todos os seus aspectos: administrativo, financeiro, fiscal, etc, abandonado de uma vez a ideia privatista de delegar estas e outras funções a Organizações Sociais e afins.

Conferir a gestão de todos estes aparelhos a uma Organização Social, além de ferir em nosso ponto de vista os princípios do SUS no que tange seu âmbito público, é uma forma clara de destruir as prioridades do Sistema Único de Saúde, retirando o foco do cuidado à saúde das pessoas e passando-o para formas de se obter lucro com saúde. Apesar de serem consideradas sem fins lucrativos, são inúmeros os exemplos que temos de OS que desviam dinheiro público através de licitações fraudulentas e corruptas.

Atualmente, a contratação de terceirizados para os equipamentos de saúde feita por meio dessas Organizações Sociais está presente uma nova forma de Nepotismo, possibilidades inúmeras para fraudes (já que nem contratação pelo município/estado requer licitação) e extinção de direitos trabalhistas.

Com o movimento sanitário da década de 80, expôs-se a necessidade de um sistema de saúde que fosse democrático, universal, integral e equânime, culminando com a criação do SUS, onde sua própria legislação prevê a participação popular como um de seus princípios. Porém o que vemos na prática é que essa participação ocorre de forma muito discreta, servindo mais para validar decisões tomadas de forma unilateral pelo Governo do que para atuar ativamente nas construções das políticas implementadas.

Uma prova disso são as atitudes tomadas pelos Governos atuais, onde as práticas imediatistas sobrepõem ações pensadas a longo prazo, não se preocupando verdadeiramente com o acesso à saúde pelos que mais precisam. É assim quando se valoriza uma oferta de saúde curativa em detrimento de práticas preventivas, oferecendo serviços em formatos caros e ineficientes, que interessam mais aos donos do capital que aos usuários carentes de cuidados. É assim quando constrói-se com o dinheiro público e

entrega-se aos empresários, como tem feito os governos Cid e Roberto Cláudio ao colocarem a gerência dos nossos Hospitais Regionais, das UPAs e dos Postos de Saúde de Fortaleza nas mãos do ISGH, uma organização social teoricamente sem fins lucrativos, mas de interesses e práticas duvidosas, que serve como uma intermediadora entre Estado e Usuário, oferecendo um serviço de baixa qualidade, explorando trabalhadores e ganhando muito.

Por isso, não interessa a quem está atualmente no poder, que o Povo possa promover o Controle Social, formulando e orientando as políticas públicas, pois vícios como esses poderiam não ocorrer, já que interessam apenas aos donos do capital. O PSOL propõe uma gestão descentralizada, onde a Participação Popular seja estimulada e garantida, sendo o Povo o principal ator das decisões em saúde, criando estratégias, podendo controlar, fiscalizar e deliberar sobre as ações, onde seja combatido o atual modelo hegemônico, criador de doenças.

A aposta é num sistema de saúde que seja diverso, baseado na co-gestão, na autogestão, na autonomia e na solidariedade, feito pelas próprias pessoas que usam o serviço, baseado nas necessidades locais dos cidadãos, que vivem em harmonia com o ambiente e o protegem e o conservam.

Outro apontamento é o fortalecimento dos Conselhos de Saúde Municipais e Estadual, que sejam compostos na sua maioria por usuários, incluindo pessoas com patologias e deficiências, entidades indígenas, movimentos sociais e populares organizados (movimento negro, LGBT, mulheres...), trabalhadores, ambientalistas, comunidade científica, e outros, pois acreditamos que apenas um sistema democrático e participativo possa suprir as reais necessidades dos usuários que mais precisam, garantindo um SUS 100% público, universal e de qualidade.

3.4 DIREITO À CIDADE, MORADIA E MOBILIDADE

Este programa coloca o tema da **Mobilidade** e do Transporte como Direito de Acesso à Cidade e não como Mercadoria, defendendo que seu caráter público. É preciso fazer a defesa de um projeto de mobilidade centrado no transporte coletivo em detrimento do individual – Ônibus, Metrô e Trens e cujo traçado não esteja subordinado às demandas do capital e da especulação e sim das necessidades dos usuários.

Fundamental são os modais de transportes intermunicipais e interestaduais, rodovias, ferrovias, hidrovias e navegação costeira, as baías de Todos os Santos e de

Camamu. Estabelecer relação do transporte e mobilização com a economia monopolista. A mobilidade urbana e os interesses econômicos.

Várias políticas de combate ao déficit habitacional e de produção de moradias de interesse social foram implementadas a partir da promulgação do Estatuto da Cidade, entretanto ainda persiste um déficit habitacional enorme. As políticas implementadas não dão conta de resolver esta questão. A construção de moradias, que depende de altos valores de financiamento tem preponderado em detrimento a regularização fundiárias e titulação de áreas informais.

Implementar a Política Estadual de Habitação Rural e Urbana com a Definição e Regulamentação do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS e suas fontes de recursos e ou percentuais.

3.5 DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA HUMANA E PROTEÇÃO SOCIAL

Segurança pública é, essencialmente, uma concepção política. A violência e a letalidade policial consistem, portanto, numa escolha deliberada da lógica de segurança historicamente adotada. Enfrentar tais matrizes no sentido da desmilitarização da polícia e da política de segurança consiste, assim, em um dos focos centrais do nosso plano de governança. O aparato policial deve coibir e investigar a violência, jamais reproduzi-la. Isso pressupõe um modelo oposto à lógica de militarização da vida urbana, pois a transformação da urbe em um espaço sociopolítico, econômico e cultural seguro e prazeroso consiste em um desafio civil. Assim, referimo-nos ao direito à segurança como segurança dos direitos, uma vez que o investimento exclusivo no policiamento ostensivo é incapaz de lidar com matrizes da conflitualidade social.

Os Direitos Humanos disputam espaço no Brasil por meio de lutas históricas nos campos da política e da sociedade. É notável como a perspectiva da justiça social torna-se cada vez mais antagônica aos projetos hegemônicos de sociedade. Cada avanço deve ser comemorado e cada retrocesso deve ser repudiado nesse palco de disputas.

As lutas pelos Direitos Humanos no contexto estatal se deparam diretamente com a própria institucionalização de inúmeras violações de direitos. O próprio palco da política ainda é fortemente um espaço onde os posicionamentos retrógrados e conservadores insistem em constituir uma dominação sólida. Não há um compromisso público que garanta politicamente um trato adequado aos Direitos Humanos.

Na Bahia, esse cenário também não é diferente. Episódios como a CHACINA DO RETIRO são exemplos claros do nível de embrutecimento do aparelho repressor estatal. A Polícia Militar segue o modelo das polícias brasileiras, se configurando como um aparato que revela todo o caráter classista e racista do modelo de segurança pública brasileiro. Faz-se necessário, nesse sentido, cada vez mais a luta pela Desmilitarização da Polícia e da Política, buscando um modelo de segurança pública que se volte para a consolidação dos Direitos Humanos, para as práticas de alteridade e que viabilizem as possibilidades de mediação de conflitos comunitariamente.

Situar os Direitos Humanos numa frente em que aponte a coragem necessária para enfrentar os problemas estruturais de uma sociedade desigual é um desafio que o PSOL propõe para a segurança pública um programa que seja descolado das lutas em defesa dos direitos da infância e adolescência, das mulheres, dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das pessoas com deficiência, dos encarcerados, dos idosos, das populações manicomiais, da moradia, das populações de áreas de risco e dos moradores de rua, das questões da terra e da água, de LGBT's e de tantas outras lutas que compõem o núcleo opressor do sistema do Capital.

3.6 ACESSO À JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

A cada gestão, políticas reconhecidamente fracassadas ou insuficientes são retomadas com um volume crescente de investimento, criando notícias, – não mais que isso - de impacto, mas sem efeito social relevante ou, o que é pior, gerando consequências negativas no ciclo de violências. A solução encontrada pelos governos para dar conta da (in)segurança pública, para superação ou diminuição da violência causada, justamente, por menos investimento na área social, tem se restringido a reformas superficiais (troca de secretários sem alteração no modelo de atuação) ou mais Estado repressor e punitivo (área policial e prisional): ocupação militar de áreas populares, propostas de redução da maioria penal, restrições às liberdades, práticas higienistas e de limpeza social, aumento da segregação espacial e apelos de punições cada vez mais severas (prisão perpétua, pena de morte, castração química), entre tantas outras medidas fragmentadas, escapistas e de pouco efeito sobre os reais motores da conflitualidade social (quando não possuem efeitos colaterais negativos), mas com forte apelo eleitoral.

A proposta abaixo, ainda que inicial, é parte de um processo mais amplo de elaboração colaborativa e horizontal, leva em consideração a premissa de que um programa socialista e democrático não pode se esquivar de elaborar criticamente a temática da segurança pública, por muito tempo relegada, tanto teórica como empiricamente, ao conservadorismo. No entanto, sob pena de incorrer em erros históricos praticados por uma esquerda punitiva, deve centrar esforços em fazê-lo pela defesa da vida e à luz dos *direitos humanos*, consagrados não apenas nos parâmetros nacionais e internacionais, mas sobretudo acumulados pelos lutadores e lutadoras que resistem contra a violência institucional ao longo dos tempos, particularmente em nosso país. Na prática, isso significa que segurança pública exige investimentos preventivos em educação, saúde, assistência social, oportunidade de trabalho e renda, cultura e formação e valorização dos servidores públicos, inclusive da categoria policial.

Esta tarefa impõe, por um lado, a crítica radical ao crescente fenômeno da criminalização da pobreza, em especial da juventude, e, por outro, a superação do medo e da insegurança generalizada que se relaciona, complexamente, com fenômenos de tipo defensivo ou meramente punitivos, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil.

Nesta perspectiva, a crítica ao tradicional sistema penal e repressivo, com foco nas suas instituições e nas práticas de seus agentes, é estratégica e necessária para a compreensão e o enfrentamento das mazelas sociais dos tempos em que vivemos, em especial no que diz respeito à estigmatização da condição de destituição econômica, ou seja, à condenação preconceituosa e antecipada com base em características físicas, sociais, econômicas e/ou geográficas que supostamente revelariam a periculosidade de determinados segmentos.

A aplicação invariável da mesma fórmula de combate à violência e guerra às drogas dissociando-o da ideia de repressão e de modelo meramente reativo para tomá-lo como direito a ser reivindicado por toda população e garantido pelo Estado. Direito que historicamente tem sido distribuído de forma desigual, agravado pela transferência cada vez maior dessa responsabilidade para o setor privado.

Outro ponto a ser superado diz respeito à violência policial e ao incentivo que tal prática encontra dentro da própria corporação e da política de segurança vigente. Como se não bastasse a tradição violenta e seletiva da polícia militar após duas décadas de regime autoritário, contando com repressão ilegal e clandestina, permanece nos tempos atuais o incentivo ao abuso e crueldade no campo do policiamento ostensivo,

muitas vezes disfarçados de gratificações aos trabalhadores da área. Experiências anteriores em outros Estados apontam, no entanto, que determinados tipos de gratificação por mérito estimularam ainda mais a violência institucional e aumentaram, por outro lado, o número de agentes de segurança mortos ou feridos.

O uso desnecessário e abusivo de meios coercitivos ou mesmo abertamente criminosos – como a tortura e a execução – além de intoleráveis no Estado Democrático de Direito, em nada contribuem para reduzir os índices de conflitualidade. Antes, destroem a confiança nos agentes que deveriam zelar pela garantia de direitos, além de atingir os setores mais vulnerabilizados, a exemplo de negras e negros e LGBT's.

Tal lógica, herdada de um militarismo que contradiz a própria ideia de segurança, faz com que os policiais percebam a si como combatentes e aos transgressores (da lei ou da ordem) como —inimigos, estimulando uma percepção dos valores legais e garantistas como obstáculos à sua eficiência, e não como objetivos aos quais deveriam se vincular. Os inimigos, fabricados segundo as conveniências do poder, modificam no decorrer da história (vadios, subversivos, favelados), introduzindo a dinâmica da guerra no Estado (Zaffaroni, 2007). Aversa e, em realidade, pouco acostumada ao controle externo, a corporação policial permanece, destarte, quase sem sofrer responsabilização aos constantes abusos cometidos.

Diante de tais considerações, cede propor a elaboração de diagnósticos sensíveis às realidades locais (e, em grandes cidades, realizados por bairros) e constantemente atualizados, visando a ação preventiva. Dados como perfil das vítimas, *modus operandi* das infrações, local, data e hora são essenciais para superar as improvisações, a violência institucional e aumentar a produtividade da política de segurança. Tal diagnóstico deve ser feito considerando-se pesquisas de vitimização e um sistema de georreferenciamento, informações estas extremamente relevantes para alocação e aplicação adequada de investimentos (policiamento, iluminação, articulação com demais políticas, etc.). Quanto mais a política criminal atuar com informações precisas sobre o histórico e a realidade, mais chances terá de prevenir os delitos e os crimes, deixando de atuar como uma espécie de —modelo hospitalar para diminuir e evitar as ocorrências. Assim, faz-se necessário investigar como, concretamente, a violência e a insegurança se manifestam em cada espaço e em cada momento. Em sequência ao mapeamento de territórios de conflitos e violência, dirigir equipamentos e serviços como praças, iluminação pública e vias de lazer que promovam encontros e bem

viver. Realização de policiamento comunitário. Um policiamento comunitário não pode ser confundido com políticas de tolerância zero ou de criminalização. Estas práticas tem recebido inúmeras e fundamentadas críticas de especialistas, sem demonstrar resultados sólidos na diminuição dos crimes e desfazendo qualquer laço de confiança entre as forças de segurança e as comunidades, além de estimular condutas contraditórias e violentas. O policiamento comunitário consiste em uma estratégia organizacional que parte de uma premissa de cooperação (e não de vigilância), através de ação proativa, integrado às demais políticas públicas, estimulando a participação dos e das moradores e moradoras na prevenção da violência e na mediação de conflitos, além da integração com os demais equipamentos existentes através de ações educativas;

3.7 CULTURA, ARTE E COMUNICAÇÃO

A política deve ser percebida como um exercício de invenção de si e do mundo, também na construção estética da existência. Numa sociedade regida pela lógica do capital, os potenciais humanos são moldados de uma forma perversa que reduz toda a criatividade humana, que exige de nós o nosso corpo e o nosso pensamento. Nos torna seres precarizados pela lógica da produção e da produtividade, capturando nossos desejos, nossas forças, nossas vidas, e transformado tudo em mercadoria. Esse modo de operar com a vida, destituindo-a de qualquer potência de invenção, é o processo de adestramento do desejo, da coisificação das relações humanas. A violência e a crueldade são a forma de moldar os seres, seja pela culpa, pelo medo, pela insegurança ou pela docilização do nosso corpo. São maneiras de moldar a vida, domesticar uma forma-homem, uma forma-mulher, uma forma-velho, uma forma-criança que sirva ao controle sobre a vida.

3.8 DIREITO À COMUNICAÇÃO

Tendo em vista o importante lugar que os meios ocupam como mediadores das relações sociais e do nosso conhecimento do mundo, adotou-se a compreensão de que a comunicação é um direito humano e um instrumento fundamental para garantia dos demais direitos, bem como para a consolidação e ampliação da democracia. Por isso, se apresenta uma série de políticas de comunicação que visam a garantir o direito à comunicação para todos e todas, possibilitando o acesso da população às informações

públicas e estimulando a produção e veiculação de conteúdos vinculados às comunidades, grupos e movimentos sociais.

Considerando a centralidade dos meios de comunicação para a realização dos debates públicos e para a circulação de idéias e valores, por fim, para a disputa de hegemonia na sociedade, objetivamos adotar medidas que garantam a manifestação da pluralidade e da diversidade da gente do nosso estado e que ampliem a participação de diversos segmentos nos meios de comunicação. Tais propostas de ação, que partem das contribuições dadas pelas organizações sociais que atuam no campo da comunicação, não podem escapar a um programa de governança popular de uma candidatura que se propõe a romper com a forma hegemônica de fazer política.

É preciso, portanto, refletir e propor alternativas para esse cenário tão desigual. Iniciativas diferenciadas e promotoras da diversidade podem ser tomadas pelo próprio poder público, desde que seja alterada a atual lógica que guia os instrumentos de comunicação governamentais. Hoje, eles servem mais para promover aqueles que ocupam o poder do que informar a população, sendo ainda instrumentos de barganha ou de prática clientelista nas relações com a grande mídia.

Defender os meios de comunicação públicos estejam a serviço dos interesses da população e sejam utilizado para incentivar a participação popular no debate político. Para tanto, é essencial o fomento à comunicação pública, entendida como distante de interesses governamentais, de um lado, e do mercado, de outro.

Fortalecer os instrumentos de participação popular para definição, monitoramento e avaliação das políticas de comunicação. Tais princípios estão organizados nos seguintes eixos norteadores das políticas que aqui presentes:

Sendo a comunicação um assunto de interesse público, a construção das políticas públicas deve se dar por meio de processos participativos, portanto deverão ser criados espaços que promovam tal participação. Devemos ouvir os servidores do IRDEB para estabelecer parâmetros para este tópico;

3.9 LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, DIREITOS E DIVERSIDADE

O mundo e os sujeitos são diversos. As injustiças sociais, baseadas em diferenças, contudo, são criadas para atender aos interesses de uma classe dominante que estrutura seu modo de vida e produção, baseado na exploração do outro, do dominado (a), do subjugado(a).

As diversas formas de opressão – raça, gênero, orientação sexual e geração – não nasceram com o capitalismo, contudo lhe são absolutamente funcionais para geração de mais-valia, submetendo mulheres, negras e negros, LGBT's e as juventudes a trabalhos socialmente desvalorizados. Por vezes, trabalhos não remunerados, como o trabalho doméstico historicamente desvalorizado, além da exploração de crianças que ainda continua nos dias de hoje com o trabalho infantil e na descartabilidade da população idosa que já teve sua força de trabalho explorada à exaustão e depois passa a não ser mais vista como sujeito de direitos, mas um estorvo social, uma despesa nas contas públicas.

Essas opressões têm um profundo corte de classe na sociedade do capital, pois não são quaisquer negros/as, mulheres, lgpts, jovens, crianças ou idosos/as que são explorados/as ou descartados/as no mundo capitalista. A exploração e suas conseqüências recaem sobre as trabalhadoras e trabalhadores e sua prole – esse termo não poderia ser melhor utilizado: prole – proletário. É a classe trabalhadora a que acumula o peso de todas estas opressões.

3.9.1 NEGRITUDE

Nosso programa de governo parte da compreensão do povo negro como sujeito de sua própria história, ainda que expropriado de direitos e lesado por um conjunto de elementos que o distingue de forma ameaçadora do conjunto da pluralidade racial do Estado brasileiro.

Ressalta-se que durante séculos o povo negro teve suas lutas inconclusas pelo contexto de cada época. Como exemplo, podemos citar a “abolição” da escravatura, sabendo-se que não há abolição no sistema capitalista de vida, onde negras e negros continuam servindo de mercadoria para o capital nacional e estrangeiro. Foram averiguadas toda sorte de aflições na sociedade brasileira que a cada dia amarga uma fossilização entre as desigualdades em todos os sentidos. A população negra é incluída num sistema de produção e de vida na qual as opressões e as desigualdades a reduz de forma concreta e absoluta.

O povo negro é toda vida delimitado o seu lugar de servo do sistema capitalista, sistema esse forjado sobre a estrutura óssea do racismo. Protagonizou lutas invisibilizadas pelos diversos setores, sejam eles de direita ou de esquerda, porém, essas lutas são emergentes na constituição de um povo, de uma nação. Assim, conclamam a

necessidade de um plano que abarque as especificidades de todos os povos que compõem a dita Nação Brasileira, além de procurar conhecer e contribuir com o Projeto de Nação do Povo Negro para o Brasil || .

Salientamos também que há em pauta no Brasil as Ações Afirmativas que são políticas de caráter reivindicatório e de força paliativa e individual, mas o povo negro e indígena têm proposto um avanço nas discussões e pautado, ainda que de forma tímida, a Reparação Histórica e de Crime Continuado, política proposta na III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001. Nessa ocasião o Brasil, por meio de sua autoridade maior, se confessou racista pela primeira vez em sua história, sem máscara ou melindre.

De acordo com os diversos índices de pesquisa, podemos averiguar a incidência da miséria e da falta de oportunidades que se aflige sobre o povo negro e indígena em toda a parte do globo e principalmente no Brasil. O CENSO de 2010, revelou a tragédia do Povo Negro ao detectar que na condição de extrema pobreza (ou seja uma Renda “per capita” de R\$ 70,00 ou menos), os/as pretos/as, pardos/as e indígenas representavam 74% deste contingente, sendo do total dos pobres, 48% eram homens, 52%, mulheres. Entre 2002 e 2012, a participação da população branca entre os pobres caiu 19,6% enquanto que a participação da população negra subiu 8,2%. Quando é feito o corte por gênero e raça/cor, observa-se que a maior redução se deu no caso dos homens brancos, cuja participação caiu 22,4%, seguido das mulheres brancas cuja participação entre os pobres caiu 17%. Já para o caso da população negra, o maior aumento incidiu sobre a mulher negra, cuja participação entre os pobres cresceu 10,6%, enquanto que no caso dos homens negros esse percentual subiu 5,9%. Ainda que a formação de uma nação branca e, de certa forma, com uma participação minoritária dos demais povos que compõem a forjada nação brasileira, não se ostenta sobre os pilares sobre os quais fora fundada.

Reparação Histórica e de Crime Continuado é a propositura que os povos indígenas e negros se constituem em elaborar, enquanto, tais projetos se constituem nos cabe fortalecer e fazer-se prevalecer as lutas desses povos de forma a concretizar as Ações Afirmativas, inclusive com a efetiva aplicação da Lei 10.639/03, que altera a LDB 9.394/96 criando o artigo 26-A, de maneira transversal na educação dando visibilidades ao protagonismo negro no Brasil, na Bahia, em África(s) e no mundo.

Eliminação do processo de Extermínio da Juventude Negra, de modo a formatar uma outra cultura de segurança pública na qual haja uma mudança no foco da mesma. Em que segurança pública não tenha sua expressão na repressão e sim no que causa a criminalidade, que são as desigualdades existentes no seio da sociedade brasileira e baiana.

Incentivo à cultura Negra de forma a alinhar o discurso de combate ao racismo e combater as ideias racistas e fundamentalistas vigentes em nossa sociedade de forma prática, objetiva e subjetiva. A riqueza cultural existente em cortejos de maracatus, afoxés, escolas de samba, tambores de crioulas, grupos de capoeira e maculelê, etc., pode nos auxiliar na exaltação da autoestima e autoafirmação do povo negro baiano, denotando uma história oculta e numa educação além dos muros escolares, ainda que nem só, mas também na modificação desses muros.

O combate ao racismo religioso é um pressuposto nas questões de igualdade étnicorracial: se um povo não pode professar sua crença, esse povo não pode ter efetiva autonomia, nem bem-viver. O colonizador impôs sobre o povo o seu modo de pensar, crer e agir. De outro lado, o povo negro clama pela sua consciência que perpassa pela forma de adoração e/ou ligação com suas entidades e pela efetivação de um Estado verdadeiramente laico.

Urge a necessidade de uma diferenciação e atenção nos serviços públicos das especificidades da população negra principalmente no que diz respeito à saúde, sabendo da maior vulnerabilidade de tal povo a determinadas enfermidades como anemia falciforme, uma degeneração genética dos glóbulos e as cardiopatias, para a formulação de uma política estadual de saúde da população negra.

Não são poucos os dados que poderiam ser citados com o intuito de evidenciar que a população negra do Brasil sofre de maneira desproporcionalmente a maioria dos problemas sociais do país, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Esta situação gera um verdadeiro apartheid residencial, determinando a segregação dos/as negros/as no que toca à moradia e ao uso do solo e do ambiente construído. Estas questões, que refletem claramente um cenário de desigualdade racial, relacionam-se diretamente com a problemática da justiça ambiental e servem para a caracterização de casos de racismo ambiental, pois determinam um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros e

negras, que ficam submetidos/as a uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos.

Titulação de terras quilombolas é uma forma imediata e possível de reforma agrária permitida pela Constituição Brasileira devendo, em nível estadual, todo esforço na concretização de tal objetivo a povos de comunidades tradicionais, assim como às comunidades auto-declaradas quilombolas. Devendo fazer, também, todo esforço para efetivação de políticas públicas alinhadas a cada comunidade de acordo com suas demandas e suas especificidades.

Os povos indígenas, que à época da colonização têm uma longa história de resistência, enfrentando bravamente os conquistadores, retardando por décadas a efetiva colonização do interior do nosso Estado. A violência da invasão europeia dificultou a memória acerca dos povos indígenas, pois a guerra contra estes se fez sem registro nem documentação escrita. Sem o registro escrito sabe-se apenas das crueldades mais gritantes.

Hoje os territórios indígenas continuam sendo invadidos, suas matas destruídas e seus manguezais espoliados com a instalação de fazendas de camarão em cativeiro, turismo em escala industrial, monocultura do coco, a implantação de projetos de assentamento e de irrigação, além da atividade mineradora.

A conflitualidade gerada pela pressão por novas áreas para a expansão dos grandes projetos econômicos significa uma ofensiva sobre a manutenção dos territórios de diversas comunidades que não foram completamente integradas ao modelo de funcionamento da sociedade capitalista, e que, portanto, mantém relações com o seu entorno a partir dos valores de uso dos bens naturais, em prol da manutenção da subsistência, empreendendo atividades agrícolas e extrativistas. Por outro lado, a necessidade de reprodução do capital, que em crise busca encontrar saídas para a permanente expansão, avança sobre os territórios aprofundando as injustiças ambientais, num processo de acumulação por espoliação, que privatiza os bens naturais e expulsa as populações de sua terra, o que tem resultado no aumento de conflitos no campo.

No plano político há um ataque aos direitos que com a nova constituinte de 1988 no Brasil, foram reconhecidos. As demarcações de terra e a reforma agrária nunca alcançaram tão baixos índices. Se durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso foram 145 áreas homologadas (equivalente a 41 milhões de hectares) e nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva esse número caiu para 84 áreas (18

milhões de hectares), no governo de Dilma Rousseff foram apenas 10 áreas homologadas (966 mil hectares). Por outro lado, a força e o espaço que ganharam os setores empresariais ligados ao extrativismo, à pecuária e ao agronegócio, demonstram que há um verdadeiro ataque que já tem significado retrocessos.

É necessário que a política indígena seja também focalizada pelo governo estadual, de maneira a integrar ações afirmativas para os povos indígenas do estado à política executada pela FUNAI, IBAMA, Ministério Público Federal, FUNASA e Polícia Federal.

A LGBTfobia é vista como natural por uma considerável parcela da sociedade, e se manifesta cotidianamente das formas mais sutis, como por piadas e brincadeiras, passando pela falta de políticas públicas que promovam adequada assistência e respeito às pessoas LGBT e suas especificidades. Por exemplo, falta debate sobre o tema e preparo suficiente por parte dos profissionais de educação nas escolas e a muitos LGBTs sobra o caminho do abandono dos estudos. Já nas unidades de saúde, de um modo geral, também não se é dado o tratamento necessário a essa questão.

Mesmo que se tenha conquistado o direito ao casamento civil (ainda que garantido apenas juridicamente, e não por mudança legislativa), muitos outros direitos continuam sendo negados aos LGBTs, como o direito à vida digna. A LGBTfobia em nosso país se materializa das formas mais bárbaras, como agressões físicas, estupros corretivos e crimes contra a vida. O Brasil é campeão mundial no número de assassinatos: a cada 28h um LGBT é morto. Tudo é vivido de forma mais aguda por pessoas LGBT pobres e que compõem a classe trabalhadora ocupando os piores postos de trabalho.

Na Bahia, segundo dados do Relatório Sobre Violência Homofóbica da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal (2012), foram notificadas 143 denúncias de violações de direito praticadas contra a população LGBT; variando do assédio financeiro à violência sexual. De acordo com a mesma pesquisa, houve um aumento de 126% das denúncias em relação ao ano anterior (2011). Em nossa capital, o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra registrou, no período de janeiro de 2011 a junho de 2012, 662 atendimentos, beneficiando diretamente 279 pessoas vítimas da violência. A maioria, relativa a casos de discriminação, violência e homicídios.

Nas últimas duas décadas, houve uma aproximação do movimento pela Diversidade sexual com as esferas do Estado através da institucionalização de grupos

que passaram a atuar como ONGs e, por conseguinte, atuar na proposição de políticas públicas para LGBTs por meio de financiamento estatal. Tanto no cenário nacional, quanto na realidade local, algumas conquistas foram alcançadas (tais como a criação de leis que punem estabelecimentos que discriminem em razão da orientação sexual e identidade de gênero, a instituição dos dias da Consciência e do Orgulho LGBT etc.).

Mesmo considerando todo esse quadro, com relação à opressão diária e estrutural vivida pelas pessoas LGBT, deve-se ir além da busca por políticas públicas. Tal busca, apesar de importantíssima, é insuficiente para a total libertação dessas pessoas da opressão por elas sofridas. A emancipação começa através da percepção dos fatores que fazem com que essa opressão exista. Nosso posicionamento é contra a reprodução da ideia e da prática de que o único modelo possível de família é aquela formada por homem, mulher (ou seja, de forma heteronormativa) e filhos. Esta ideia é bastante útil ao capitalismo, pois visa garantir a perpetuação de ciclos geracionais de pessoas cujas vidas são voltadas predominantemente ao trabalho e ao consumo. Como a simples existência de pessoas LGBTs já figura como possibilidade de outras formas de organização de famílias, é de interesse do capital oprimir tais pessoas em algumas de suas características identitárias como sexo, gênero e orientação sexual, sendo fundamental:

3.9.2 MULHERES E POLÍTICAS DE GÊNERO

A opressão em função do gênero é muito anterior ao sistema capitalista como o conhecemos hoje. Mas não podemos negar que esse sistema reforça a opressão. Um sistema que se constituiu tendo por base o racismo em seu regime escravagista, manteve e aprofundou também a condição de exclusão, desigualdade e opressão à que as mulheres estavam sujeitas.

Sabemos que apesar de silenciadas, muitas mulheres se insurgiram em várias épocas, se afirmando enquanto sujeito, essas mulheres foram guerreiras insubmissas, que lutaram por direitos e por igualdade, lutaram por um lugar na sociedade.

Apesar de tantas conquistas e do avanço das mulheres em todos os setores da vida pública, mesmo sendo maioria da população, ainda não foi alcançada uma representatividade adequada na política formal. Mesmo com a Lei de Cotas nas eleições, ainda são poucas as mulheres cujos Partidos lançam candidatas, e poucas de nós somos eleitas. O direito ao voto e a cota de gênero não foram capazes ainda de superar a desigualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade.

A pouca representatividade de mulheres nas casas legislativas, sendo ainda menor o número de mulheres feministas, contribui para as dificuldades enfrentadas ainda hoje: a falta de políticas públicas voltadas para nós, a dificuldade de avançar em pautas históricas dos movimentos de mulheres, e, pior, a abertura para que homens machistas e conservadores, legislem sobre os direitos das mulheres, rifando-os quando lhes convém.

Convém ressaltar ainda que a violência contra a mulher é um dos mais antigos problemas a serem enfrentados. Localizando o surgimento desta prática bem anterior ao capitalismo, a educação e rigidez patriarcal que se consolidou nas mais diversas sociedades fortalece o sentimento de superioridade masculina e de subordinação e subserviência da mulher nas relações pessoais, de trabalho e sociais. A violência contra os corpos, desejos e capacidades intelectuais se perpetua e, infelizmente, essa bandeira continua cada vez mais necessária no século XXI: eliminar qualquer forma de violência contra a mulher.

Infelizmente, a sociedade brasileira não se mostra diferente a esse contexto histórico de opressões e machismo. As mulheres continuam tendo dificuldades para conquistar seu espaço social e político, com jornadas estendidas em casa e no trabalho e sendo constantemente invisibilizadas pela grande mídia e governos, que não colocam a luta contra as opressões como central para a mudança plena da sociedade. A lógica patriarcal fica cada vez mais operante quando o sistema capitalista apodera-se desse doentio modelo educacional - patriarcal - que manipula o papel da mulher e a mercantiliza para a lógica que mais trará lucros ao sistema.

No quesito saúde, em especial a saúde pública, as mulheres não só são aquelas que mais a acessam (assim como a outros serviços públicos) como também são as que têm seu atendimento mais comprometido. Falta uma perspectiva de saúde integral. Na rede hospitalar, a saúde da mulher é tratada apenas como a saúde da gestante, restando às outras inúmeras questões relativas à sua sexualidade às consultas eletivas; para as mulheres lésbicas, o quadro se torna ainda mais grave devido à perspectiva heteronormativa de saúde presente tanto na sociedade como na formação dos profissionais de saúde, o que leva ao desconhecimento, por parte destes, das especificidades deste setor e de como tratá-las.

Ainda em período de gestação, as violações à saúde da mulher se fazem presentes. A primeira delas é a obrigatoriedade de continuar com a gravidez, uma vez que, mesmo nos casos em que o aborto é legalizado (estupro, risco de vida para a

mulher e fetos anencéfalos), o acesso a este procedimento na rede pública não é simples, sendo poucos os hospitais que o realizam e fazendo com que as mulheres tenham que recorrer a clínicas clandestinas ou métodos inseguros de interrupção da gravidez. Vale citar também, neste ponto, os casos das mulheres que passam por abortos – espontâneos ou provocados – e chegam aos hospitais para ter atendimento e realizar procedimentos para a integridade da sua saúde, mas têm atendimento negado ou o sofrimento prolongado. Num país em que o abortamento clandestino figura como umas das cinco principais causas nos índices de mortalidade materna, torna-se criminoso não garantir sequer os casos legalizados.

Ainda no que diz respeito ao número excessivo de partos cesáreos realizados a cada dia, concedendo ao Brasil o título de líder mundial em cesarianas - atualmente, 52% dos nascimentos se dão desta forma, ainda que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde seja de apenas 15%. O quadro apresentado tem menos a ver com a suposta segurança desse formato de nascimento mais relação com a mercantilização dos procedimentos médicos, assim como do direito à saúde, e com o controle exercido sobre a sexualidade da mulher, já que tira dela o protagonismo no momento do parto e o transfere para o médico.

3.9.3 JUVENTUDE

O ponto de partida para a construção de uma política para as juventudes é o reconhecimento de que esses sujeitos sociais desenvolvem diferentes experiências e trajetórias de vida que determinam particularidades a partir dos diferentes contextos socioambientais, o que nos leva a considerar a existência de juventudes. Há, por exemplo, em nosso país, um processo crescente de vulnerabilização das juventudes que se dá pela exclusão do mundo do trabalho, mas sobretudo pela produção de discursos generalizantes que associam jovens à violência e buscam, dessa forma, legitimar práticas de extermínio e de outras modalidades de opressão que vitimam principalmente jovens negros/as, pobres, de periferia, com idades entre 18 e 24 anos. O Estado, através da repressão policial, é o principal agente dessa violência. Por isso, afirma-se a existência de uma demanda específica de reconhecimento e garantia de direitos por parte da juventude negra, por parte da juventude pobre e também outras demandas das diferentes juventudes.

Como princípio, foi adotado o contínuo estímulo à auto-organização das juventudes, defendendo a autonomia das formas de organização frente ao Estado e outras instituições, de modo a reconhecer as/os jovens como sujeitos/as políticos, as/os incorporando integralmente aos espaços de debate e tomada de decisão. Princípio que objetiva romper com as práticas de institucionalização das juventudes e fortalecer sua autonomia e ações emancipatórias, reconhecendo sua capacidade de colocar suas demandas e afirmar suas identidades e referenciais no espaço público.

Nesse sentido, a proposta é construir uma política para as juventudes de forma intersetorial e transversal, que não esteja alocada em uma única secretaria administrativa, mas que esteja difundida por todas as secretarias através de células de atendimento. Uma Coordenadoria de Juventude terá o papel de orquestrar as ações e garantir os direitos das juventudes considerando as questões de gênero, raça, etnia e as diversidades de sexo e credo, nas mais diversas áreas como: educação, saúde, moradia, ciência e tecnologia, cultura, desporto, lazer, participação política, trabalho e geração de renda e meio ambiente, entre outras.

3.9.4 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A infância e adolescência têm sido as principais vítimas de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda excludente e que provoca graves impactos ambientais. Esse modelo gerado por uma elite que historicamente tem se mantido no poder relegando a grande parcela de nosso povo à exclusão social, à migração forçada e todo tipo de violação de direitos.

O aprofundamento da violência, na região metropolitana e cidades do interior também afeta fortemente a infância e mais particularmente a adolescência, tanto por constituir cidades de medo e insegurança, como por alimentar a violência a criminalização das crianças e adolescentes pobres e das periferias.

O Estado da Bahia é uma dos Estados mais desiguais da Federação. Essa desigualdade vai marcar mais fortemente as gerações mais jovens, uma vez que a população de 0 a 14 anos representa 30% da população enquanto 17,5% da população está com idade entre 15 e 17 anos.

O impacto mais visível neste segmento se revela no contexto do trabalho infantil (como por exemplo, o trabalho agrícola, o doméstico e o de crianças catadoras de material reciclável) e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em

áreas turísticas e nas rodovias de acesso intermunicipais e interestaduais, da violência que se aprofunda, das condições de vida e moradia que vive suas famílias.

É preciso que o poder público reconheça criança e adolescente como sujeito de direito, garantindo a criação de mecanismos de participação, sobretudo nas políticas que são voltadas a este segmento, e que devem levar em conta suas opiniões e propostas, buscando assim superar as relações de desigualdade de poder com base na geração, constituindo processos de superação de uma cultura adultocêntrica que somente reconhece no poder da fala do adulto a legitimidade de verdade e de decisão. É uma cultura opressora que se manifesta na nossa infância, sobretudo na infância pobre, de muitas maneiras: no silenciamento, na invisibilização, na falta de acesso à cultura, à informação, entre outros bens produzidos socialmente, e, portanto na falta de oportunidades também.

É compromisso do PSOL o princípio constitucional da absoluta prioridade à proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, esboçado no art.227 da Constituição Federal e art.4o do ECA. Em vista disso, as políticas destinadas a este segmento garantidas com prioridade absoluta, seja na elaboração, seja na execução, inclusive com a destinação de recursos e articulação entre as diferentes secretarias e coordenadorias.

3.9.5 POLÍTICAS SOCIAIS, POPULAÇÕES VULNERÁVEIS, COMBATE A POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR

A historicidade dos direitos nos permite entender que o processo de formação de sujeitos e de luta por sua dignidade - a luta por direitos faz parte do rol de instrumentos da luta para alcançar a dignidade - é aberto, não linear, contraditório. Os direitos de trabalhadores, mulheres, negros e negras, jovens, LGBT's, crianças, idosos/as, pessoas com deficiência nascem na medida em que estes sujeitos se organizam e, pela consciência e ação pública, se fazem presentes na esfera pública pressionando pelo alargamento democrático e pela recusa concreta das opressões e da invisibilidade.

Há uma negação do direito humano à alimentação adequada e o dever do estado em prover as populações vulneráveis. No mundo uma em cada nove pessoas no mundo (795 milhões) ainda é subnutrida. Na Bahia e no Brasil estes dados são alarmantes. Assumir este compromisso é dever daqueles comprometidos com um outro

modelo de sociedade. Este programa teria a função de proteger populações vulneráveis como mulheres, crianças, adolescentes e idosos/as e impulsionar a agricultura familiar.

A luta pelos direitos de idosos e idosas está na pauta da bandeira socialista porque os trabalhadores e trabalhadoras lutam pela a dignidade humana em todas as idades. Não é mérito, não é um favor, não é uma atividade filantrópica, é um direito historicamente conquistado e que precisa ser garantido.

Assim como as mulheres, negros e negras, as pessoas com deficiência ocupam na sociedade um plano secundário. Um espaço do silêncio, da apartação, do distanciamento. Ser deficiente, ainda no século XXI, não se limita apenas a não ter acesso físico aos equipamentos do estado, dada a estrutura defasada que não prevê a diversidade de usos da cidade. Ser deficiente é ser entendido pela sociedade capitalista como um outro tipo de pessoa: inferior, incompetente, incapaz. A necessidade de apresentação de exemplos de superação são tão importantes para o modelo capitalistas como atenuante de focos de pressão como os projetos de responsabilidade social e os programas de sustentabilidade: são marketing.

4 CONCLUSÃO

Este é um programa em construção. Cada proposta vem tanto da história dos debates da esquerda socialista quanto das reflexões contemporâneas dos partidos da Frente de Esquerda e dos movimentos sociais. O debate que se inicia com este documento deve ser aprofundado, massificado, e deve contar com a contribuição cotidiana de todos e todas as exploradas e oprimidas em nossa sociedade. O programa que se aqui se apresenta sequer porta-voz da classe trabalhadora, dos e das indígenas, dos quilombolas, dos negros e negras, de todos os que amam livremente, das mulheres, dos pescadores, etc. Para o conjunto de militantes e de coletivos que construíram este documento, todo este processo eleitoral só tem sentido se baseado nas lutas concretas e se servir para fomentar mais e mais debates, e mais e mais articulação entre nós. É com este sentimento que entramos neste processo, com a certeza de que dele sairemos mais fortes, mais organizados e maiores, para seguir nas nossas lutas cotidianas e históricas que, se passam pelas urnas, seguramente não se esgotam nelas.

Vamos juntos!